



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE MENDES



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90001/2024

ÍNDICE

- 1.0. PREÂMBULO**
- 2.0. DO OBJETO**
- 3.0. PRAZO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO**
- 4.0. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
- 5.0. DOS PREÇOS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**
- 6.0. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 7.0. REAJUSTAMENTO**
- 8.0. DO CREDENCIAMENTO**
- 9.0. IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS**
- 10.0. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**
- 11.0. ABERTURA DA SESSÃO**
- 12.0. FORMULAÇÃO E ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES**
- 13.0. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**
- 14.0. DA HABILITAÇÃO**
- 15.0. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**
- 16.0. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
- 17.0. DA FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO**
- 18.0. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**
- 19.0. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 20.0. EXTINÇÃO**
- 21.0. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS**
- 22.0. DOS ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL**
- 23.0. SUSTENTABILIDADE**
- 24.0. DAS CONDIÇÕES GERAIS**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE MENDES



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90001/2024

1.0. PREÂMBULO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 8443/2023

ORGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E HABITAÇÃO

OBJETO: REALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DESTINADOS A EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE CONJUNTO DE UNIDADES RESIDENCIAIS OBJETO DO PROCESSO Nº 59053.010292/2023-11, PROCESSADO E JULGADO ATRAVÉS DA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, SOB A FORMA ELETRÔNICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E CUSTOS ESTIMADOS CONTIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II, FIGURANDO COMO PARTE INTEGRANTE E INSEPARÁVEL DESTA EDITAL, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO.

TIPO DA LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

REGIME DE EXECUÇÃO: EXECUÇÃO INDIRETA

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

LOCAL: Portal de compras do Governo Federal: www.comprasnet.gov.br

NÚMERO UASG DO MUNICÍPIO - 985855

DATA INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: 10/04/2024

REALIZAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA: 26/04/2024 às 09:00h horário de Brasília.

LEGISLAÇÃO PERTINENTE: Decreto Municipal nº. 003/2024, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e Capítulo V, Seção Única, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais, bem como demais legislações pertinentes à espécie.

2.0. DO OBJETO

2.1. Realização de obras e serviços de engenharia destinados a execução de construção de conjunto de unidades residenciais objeto do Processo nº 59053.010292/2023-11, processado e julgado através da modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, conforme especificações, quantidades e custos estimados contidos no Termo de Referência – Anexo II, figurando como parte integrante e inseparável deste edital, independentemente de transcrição.

2.1.1 Em caso de discordância existente entre as quantidades e especificações do objeto descritas no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, com as quantidades e especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as constantes do Edital.

3.0. PRAZO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

3.1. O prazo de execução das obras e serviços de engenharia licitados é de 10 (dez) meses e acompanhará o fixado no cronograma físico elaborado pela Secretaria de Obras, Habitação e Serviços Públicos tendo vínculo com as disposições do **PROCESSO Nº 59053.010292/2023-11**.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES



3.2. Executado o CONTRATO, na forma do art. 140, I, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 14.133/2021, o seu objeto será recebido:

- a) provisoriamente, pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Execução das Obras, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da contratada, acusando o término das obras.
- b) definitivamente, por Comissão Especial designada pela Administração Municipal, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento provisório, a que se refere o subitem anterior.

3.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança das obras ou dos serviços executados pela contratada, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

3.4. Na forma do § 4º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021 correrão por conta da contratada o ônus decorrente de ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais visando comprovar a boa execução do objeto do contrato.

4.0. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A sessão pública será realizada no site www.comprasnet.gov.br no dia **26/04/2024 às 9h, horário de Brasília - DF.**

4.2. Somente poderão participar da sessão pública as interessadas que apresentarem propostas através do site descrito no item 4.1 e que atendam aos seguintes requisitos:

4.2.1. Estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente e compatível com o objeto licitado, devendo ser comprovado através do contrato social ou por meio dos respectivos atos constitutivos;

4.2.3. Atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidas neste edital.

4.3. Poderão participar da presente concorrência eletrônica as empresas que atenderem todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e estiver devidamente cadastrada junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal, através do site www.comprasnet.gov.br.

4.4. Como requisito para participação na concorrência, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, sendo de inteira responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais, bem como mantê-los atualizados;

4.5. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

4.6. Não poderão concorrer nesta licitação as interessadas:

4.6.1. Que estejam sob falência, concordata, insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, recuperação judicial ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES



4.6.2. A(s) empresas (s) que tenha (m) sido declarada (s) inidônea (s) pela Administração Pública, e caso participe do processo licitatório, estará (ão) sujeita (s) às penalidades previstas no Art. 155 a 163 da Lei 14.133/2021 sem prejuízo da cobrança de perdas e danos;

4.6.3. Que estejam cumprindo pena de suspensão do direito de licitar e de contratar com o Município de Mendes;

4.6.4. De empresas reunidas em consórcio e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

4.6.5. Pessoas Jurídicas das quais participem, seja a que título for, dirigentes ou servidores do Município de Mendes – RJ; e

4.6.6. Que se enquadrem em uma das vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

4.6.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.0. DOS PREÇOS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

5.1. O preço estimado da licitação é de R\$ 1.429.778,06 (um milhão, quatrocentos e vinte nove mil, setecentos e setenta e oito reais e seis centavos), sendo que esta importância correrá unicamente à conta de recursos transferidos pela União, através do **Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional/Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil**.

5.2. O critério de aceitabilidade de preços unitários e totais é aquele definido na Tabela SINAPI/DATA BASE: JUNHO/2023, em cumprimento ao exigido pelo art. 59, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, observando ainda a regra contida no subitem 13.2.2 do Item 13 deste edital.

6.0. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do resultado obtido nesta licitação correrão à conta do Orçamento–Programa do Município de Mendes, compromissada por conta das dotações orçamentárias seguintes:

Órgão: 02.000 – Prefeitura Municipal de Mendes

Unidade: 02.011 – Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação

Funcional: 15.451.16 – Melhorias para Cidade

Projeto/Atividade: 2295 – Ações de Recuperação de Infraestrutura Destruída/Danificada

Natureza de Despesa: 4.4.90.51.99.00.00.00. Outras Obras e Instalações

Recurso: 1.700.0000 – Outras Transferências de Convênio ou Instrumentos Congêneres

Nº da despesa: 224

7.0. REAJUSTAMENTO

7.1 Os valores contratados poderão ser reajustados a cada 12 meses pelo Índice Nacional De Custos Da Construção – INCC/FGV, iniciando-se a contagem deste prazo a partir da data base de referência do orçamento (I₀) conforme a expressão matemática a seguir:

Onde:

R= Valor do reajustamento

P₀= Preço unitário contratual

Q= Quantidade medida no mês

I= INCC/FGV correspondente ao mês do reajustamento

$$R = \sum P_0 * Q \left[\frac{I - I_0}{I_0} \right]$$



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES



I0= INCC/FGV correspondente à data base do de referência do orçamento.

a) O valor do reajuste, seja para obras ou serviços de engenharia contratados, será calculado pela variação do índice relativo à família de cada item da planilha orçamentária, correspondente aos cinco primeiros dígitos do código do serviço, de acordo com a classificação estabelecida no Índice Nacional De Custos Da Construção - INCC/FGV.

b) Observada a periodicidade, a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de serviços/obra em vigor;

c) O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquele referente à medição dos serviços/obra;

7.1.1 A CONTRATADA terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para iniciar o procedimento necessário ao reajuste de seus preços, contando-se este prazo a partir da divulgação do índice contratualmente ajustado. As anualidades que se completam durante o curso da licitação/contratação deverão ser pleiteadas no mesmo prazo, contados da assinatura do contrato.

7.2. Caso venha a ocorrer aditamento ao CONTRATO na forma prevista no art. 124 e 125, da Lei nº 14.133/2021, os acréscimos de quantidades serão remunerados, tendo como base o preço unitário da proposta da licitante vencedora.

7.3. Em caso da necessidade de inserir itens novos serão observados os valores constantes do catálogo SINAPI – (ou qualquer catalogo de preços onde haja ampla divulgação e transparência,) sendo utilizados os preços base do mês de junho/2023, sem prejuízos de negociação quanto à contratação por preços abaixo destes, acrescidos do BDI adotado pela contratada nesta licitação. Caso esses itens novos não estejam previstos no referido catálogo, serão realizadas cotações de preços em, no mínimo, 3(três) empresas especializadas, devidamente comprovadas através de documentos hábeis, quando então serão praticados, com a devida autorização da fiscalização do MUNICÍPIO, os menores preços unitários apurados na pesquisa.

8.0. DO CREDENCIAMENTO

8.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema eletrônico.

8.1.1. O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a Concorrência Pública.

8.2. Para participação na Concorrência Pública, o proponente deverá assinalar em campo próprio do sistema eletrônico, todas as declarações que vierem a ser solicitadas e o preenchimento ou não dos requisitos de enquadramento na Lei Complementar nº 123/2006. O proponente deverá comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, através de declaração em campo próprio do sistema.

8.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o proponente às sanções previstas em lei e neste Edital.

9.0. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: cplmendes@hotmail.com com cópia para licitacaomendes@gmail.com.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES



9.1.2. Caberá ao Presidente/Agente de contratação, que poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, contado da data de recebimento da impugnação, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados por quaisquer das formas de divulgação previstas neste edital.

9.1.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.1.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

9.1.5. Deferida a impugnação contra o ato convocatório será designada e publicada nova data para realização do certame.

10.0. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

10.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

10.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei nº 14.133, de 2021, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.

10.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.4.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, impedirá o prosseguimento no certame a assinalação do campo “NÃO” para aquele item;

10.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “NÃO” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

10.5. A falsidade da declaração de que trata o item anterior sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

10.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

10.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

10.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES



10.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

10.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

10.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

10.10.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

10.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 10.9. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

10.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

10.13. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

10.14. Os itens de propostas que eventualmente contemplem os serviços que não correspondam às especificações contidas no ANEXO II deste Edital serão desconsiderados.

10.15. O formulário da proposta comercial, em sua forma prevista no Anexo I do edital de licitação, somente será utilizado pelo licitante vencedor, com vistas à readequação de sua oferta final.

10.16. Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

10.16.1. Conter a **Planilha de Composição de Custos, o Cronograma Físico-Financeiro e a Proposta Comercial**.

10.16.2. A **planilha de composição de custos** será elaborada conforme modelo padronizado, que integra o **ANEXO A da Proposta Comercial – ANEXO I** e apresentada devidamente datada, assinada na última folha pelo representante legal da pessoa jurídica, rubricada nas demais, sem que o seu texto contenha emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas. Deverá, ainda, detalhar o orçamento proposto informando por item o código de cada composição de preço conforme o catálogo EMOP/SINAPI, descrição da composição de preço, unidade, quantidade, preço unitário e total, na mesma sequência apresentada na **Planilha Orçamentária – ANEXO C do Projeto Básico – ANEXO II** deste Edital e o seu valor global, em algarismos e por extenso.

10.16.3 Planilha de composição de BDI, devendo cada licitante preencher a sua planilha de Composição Analítica do BDI.

10.16.4. O **Cronograma físico-financeiro**, a ser elaborado conforme modelo padronizado, que integra o **ANEXO B da proposta comercial – ANEXO I**, devidamente datado e assinado na última folha pelo representante legal da pessoa jurídica, rubricado nas demais, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, deverá mostrar as fases em que se dividirá a execução dos serviços e a periodicidade das medições, em conformidade com o **cronograma físico-financeiro – ANEXO B do Projeto Básico – ANEXO II**.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES



10.16.5. O prazo de validade da proposta comercial será de 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega, observada o disposto do art. 183 da Lei nº 14.133/2021.

10.17. Poderão ser admitidos, pelo Presidente/Agente de Contratação, erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

11.0. ABERTURA DA SESSÃO

11.1. Para participar da etapa competitiva (lances) a licitante deverá ter sua proposta devidamente cadastrada no site www.comprasnet.gov.br.

11.2. A abertura da sessão pública desta CONCORRÊNCIA PÚBLICA, conduzida pelo Presidente/Agente de Contratação, ocorrerá na data e hora prevista neste Edital.

11.3. Caberá à licitante acompanhar as operações e convocações durante a sessão pública até o encerramento definitivo no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

12.0. ABERTURA DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO E ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES.

12.1. O Presidente/Agente de contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos exigidos neste edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

12.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

12.1.2.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levando a efeito na fase de aceitação.

12.1.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Presidente/Agente de contratação e os licitantes.

12.2. Aberta a etapa competitiva os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor;

12.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **MENOR PREÇO GLOBAL, TENDO COMO PARÂMETRO O PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO II DESTE EDITAL**, sendo este o critério de julgamento, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos;

12.4. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema;

12.4.1. As licitantes poderão, ainda, apresentar lances iguais ou superiores ao lance melhor classificado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.

12.5. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

12.6. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES



12.7. Durante a sessão pública da Concorrência Pública eletrônica os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada identificação do licitante.

12.8. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração. Contudo, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

12.9. Durante a fase de lances, o Presidente/Agente de Contratação poderá excluir justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível.

12.10. Será adotado para o envio de lances na Concorrência Eletrônica o modo de disputa **“aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos com prorrogações.

12.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

12.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

12.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

12.10.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema, poderá o Presidente/Agente de contratação assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço

12.10.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

12.10.6. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

12.11. No caso de desconexão com o Presidente/Agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva da concorrência eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Presidente/Agente de contratação, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

12.11.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

12.12. Ao final da etapa competitiva, serão aplicadas, caso necessário, os critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no artigo 60 da Lei Federal 14.133/2021, se não houver licitante que atenda a primeira hipótese.

12.12.1. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES



12.13. Após o fechamento da etapa de lances o Presidente/Agente de contratação poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

12.13.1. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta

12.13.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.13.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

12.14.3. Após a negociação do preço, o Presidente/Agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

13.0. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta do cadastro no SICAF; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

13.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

13.1.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

13.2. Após comunicado do Presidente/Agente de contratação o licitante detentor da(s) melhor (es) oferta(s) deverá encaminhar a proposta comercial com os respectivos valores readequados ao valor total vencedor e observando o limite máximo dos preços unitários estipulados no Projeto Básico/Termo de Referência (Anexo II) deste edital no prazo máximo de 02 (duas) horas, junto dos documentos complementares à proposta, quando necessários. A critério do Presidente/Agente de contratação o prazo para envio poderá ser prorrogado.

13.2.1. O licitante deverá apresentar junto a proposta comercial as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

13.2.2. Sob pena de desclassificação na proposta comercial não poderá haver diferenciação entre os preços unitários ofertados, levando em consideração idêntica codificação (catálogo SINAPI) e identidade dos serviços dentro das planilhas orçamentárias ligadas à totalidade do objeto licitado, os quais, individualmente, deverão tomar como parâmetro para o critério de aceitabilidade de preços o valor máximo contido na Tabela SINAPI/JUNHO/2023.

13.2.2.1 Será desclassificada, ainda, a proposta que:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES



- I - Contiverem vícios insanáveis;
- II - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável

13.2.2.2 – A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

13.2.2.3 – Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global fixado neste edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.2.2.4 – Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, conforme o § 4º do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2.2.4.1 – Na hipótese prevista no item 13.2.2.4 do presente edital, a administração poderá oportunizar ao licitante que comprove a exequibilidade da sua proposta, e, não havendo comprovação suficiente neste sentido, desclassificá-lo em razão da inexequibilidade apurada.

13.3. Serão desconsideradas, para efeito de julgamento, vantagens não pedidas neste Edital.

13.4. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no(s) preço(s) até, no máximo, **dois algarismos após a vírgula**.

13.5. As propostas que atenderem aos requisitos deste edital serão verificadas pelo Presidente da Comissão de contratação/Agente de contratação quanto a erros aritméticos, que serão corrigidos da seguinte forma:

- a) se for constatada discrepância entre o produto da multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: prevalecerá o preço unitário;
- b) se for constatada discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso;
- c) se for constatado erro de adição, subtração, multiplicação ou divisão: o resultado corrigido será o considerado; e
- d) caso a licitante não aceite as correções procedidas, sua proposta será desclassificada.

13.6. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias o Presidente/Agente de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

13.6.1. Ocorrendo a situação a que se refere o item anterior, o Presidente/Agente de contratação poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

13.7. Nas fases de julgamento das propostas e de habilitação o Presidente/Agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



14.0. DA HABILITAÇÃO

14.1. Aceita a proposta, dar-se-á seguimento à fase de habilitação, com a análise dos documentos, apenas do licitante mais bem classificado.

14.1.1. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

14.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

14.2.1. Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresário individual;

14.2.2. Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;

14.2.3. Instrumento Particular de constituição de Empresa Individual de Responsabilidade Ltda. com registro na respectiva Junta Comercial do Estado de sua base territorial;

14.2.4. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no órgão correspondente, indicando os atuais responsáveis pela administração, caso os responsáveis não constem no contrato social, documento que indique a responsabilidade pela administração;

14.2.5. No caso de Sociedades Anônimas, cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do Conselho de Administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na Junta Comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei nº 6.404/76;

14.2.6. Cópia do Decreto de autorização para que se estabeleçam no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras.

14.3. REGULARIDADE FISCAL E REGULARIDADE TRABALHISTA

14.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

14.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, ou outra(s) equivalente(s), tal(tais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei.

14.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (ISSQN/IPTU), através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal, comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra (s) equivalente (s), tal (tais) como certidão (ões) positiva (s) com efeito de negativa (s), na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela pessoa jurídica interessada.

14.3.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS), expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda ou Distrito Federal, e da Certidão de Dívida Ativa Estadual, comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal(tais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela pessoa jurídica interessada.

14.3.5. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES



14.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.3.7. Para as empresas sediadas no Estado e Município do Rio de Janeiro, as Certidões da Dívida Ativa exigidas nos subitens 14.3.3 e 14.3.4 deverão ser as expedidas pela Procuradoria-Geral do Município e Procuradoria-Geral do Estado (PG-5), respectivamente.

14.3.8. Para as demais empresas não sediadas no Estado e Município do Rio de Janeiro, o(s) documento(s) emitido(s) pelas Fazendas Municipal, Estadual ou do Distrito Federal, do domicílio ou sede da licitante, para fins de prova de regularidade fiscal, deverá (ão) comprovar a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa, ou demonstrar de outra forma documental tal situação fiscal, podendo, para tanto, estar (em) acompanhado(s) de legislação específica ou informação oficial do órgão fazendário.

14.3.9. Terão os mesmos efeitos que a Certidão Negativa ou Certidão de Regularidade, a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitidas pelos respectivos Órgãos, quando o crédito tributário se encontrar suspenso (Art. 151, c/c o Art. 206 do Código Tributário Nacional).

14.3.10. Aplicar-se-á idêntico critério para a exigência contida no subitem 14.3.6 desde que observado o art. 642-A, § 2º, da CLT.

14.3.11. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

14.3.12. MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

14.3.12.1. O prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período a critério da Administração, para apresentação da prova de regularidade fiscal por parte de microempresas e empresas de pequeno porte contar-se-á a partir do ato de adjudicação e homologação, como atos pretéritos a celebração do contrato, não inviabilizando, caso detentora da menor proposta após classificação definitiva [declaração de vencedor], a continuidade no certame o fato da ausência, na documentação de habilitação, de prova de regularidade fiscal ou apresentação de documentação comprobatória da causa impeditiva de sua obtenção (art. 170, IX, e art. 179 da Constituição Federal, c/c artigos 42 e § 1º do art. 43, da Lei Complementar nº 123/2006).

14.3.12.2. A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação ou revogar a licitação.

14.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.4.1. Certidão de registro da pessoa jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU, compreendendo a atividade relacionada com o objeto licitado, inerente à circunscrição da sede da licitante, em vigor na data estabelecida para a abertura do envelope “A - Documentação”, conforme exigência do art. 67, V, da Lei nº 14.133/2021, c/c as disposições da Lei nº 5.194/66 e/ou Lei nº 12.378/10.

14.4.2. Prova de possuir no seu quadro permanente na data da licitação, profissional (is) de nível superior detentor (es) de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo CREA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES



ou CAU, demonstrando aptidão por já haver sido responsável (is) técnico(s) por atividade(s) pertinente(s) e compatível (eis) em características, quantidades e prazos com objeto da licitação.

14.4.2.1. A comprovação de que o(s) detentor (es) do(s) referido(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica é (são) vinculado(s) à licitante deverá ser feita através de cópia de sua(s) ficha(s) de registro de empregado, da(s) Certidão (ões) de Registro do CREA/CAU, do(s) contrato(s) particular (es) de prestação de serviços, do(s) contrato(s) de trabalho por prazo determinado ou através de outros instrumentos que comprovem a existência de um liame jurídico entre a pessoa jurídica interessada e o(s) profissional (ais) qualificado(s), cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado, considerando-se o prazo máximo razoável para tanto.

14.4.2.2. Em se tratando de sócio da pessoa jurídica, o contrato social comprovará o vínculo.

14.4.2.3. Consideram-se **características semelhantes**, para fins deste edital e de prova de capacidade técnico-profissional, a anotação de responsabilidade técnica pela execução de obras e serviços contendo:

01.02.02.01 – Composição paramétrica para execução de estruturas de concreto armado, para edificação habitacional unifamiliar térrea (casa em empreendimentos), FCK=25 MPA. AF_11/2022 – M³ 39,60 – 9,483%

01.02..01.01 – Execução de Raider, espessura de 10 cm, FKC=30 MPA, com uso de formas em madeira serrada. AF_09/2021 – M² 567,38 – 8,201%

01.03.01.01.- Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na horizontal de 9x19x29 cm (espessura 9 cm) e argamassa de assentamento com preparo em betoneira. AF 12/2021 – M² 1.642,85 - 8,063 %

01.03.02.03 - Emboço ou massa única em argamassa traço 1:2:8, preparo mecânica com betoneira 400 l, aplicada manualmente em panos de fachada com presença de vãos, espessura de 25mm, acesso por andaime. AF_08/2022 - M² .642,85 - 7,474%

Percentuais extraídos da planilha orçamentária e justificados através do Ofício Nº 020/2024 – SMOSPH – subscrita pelo Arquiteto e Urbanista Thiago Siqueira Martins CAU-RJ A 104158-4.

14.4.2.4. Caberá à pessoa jurídica interessada apresentar tantos quantos atestados (**capacidade técnico-profissional**) forem necessários, a seu juízo de convencimento, visando comprovar ao quesito qualificação técnica, circunstância a exigir do Órgão Colegiado julgador decisão fundamentada para fins de habilitação ou inabilitação.

14.4.2.5. **Atestado de visita técnica** emitido pela Secretaria de Obras e Habitação, para fins de verificações das obrigações decorrentes do contrato a ser firmado, visando comprovar que a licitante tomou conhecimento de todas as informações, características, infraestrutura existente e particularidades do objeto licitado, a fim de subsidiá-la com informações, além das constantes no presente edital, para que possa elaborar sua respectiva proposta e assegurar o cumprimento das obrigações do objeto da licitação.

14.4.2.5.1. **O Atestado de Visita técnica poderá ser substituído por uma Declaração Formal** em que o responsável técnico da licitante ateste que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme o art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.4.2.5.2 As empresas interessadas, na pessoa de seus respectivos responsáveis técnicos e/ou por profissional credenciado pela licitante e com registro no CREA ou CAU, que optarem pela visita técnica deverão agendá-las junto a Secretaria de Obras e Habitação e deverão ser realizadas nos locais dos serviços e em até 2 (dois) dias úteis anteriores a data prevista para a abertura do certame, de segunda a sexta, de 11h às 16h, e-mail: obras@mendes.rj.gov.br/obras.mendes@hotmail.com.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES



14.4.2.5.3. Não será aceita para fins de realização de visita técnica a indicação de profissional como forma de representar mais de uma pessoa jurídica interessada.

14.4.2.5.4. O credenciamento do responsável técnico ou profissional indicado pela licitante, com registro no CREA ou CAU constará a menção de poderes a que alude o subitem 14.4.2.5.2

14.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.5.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovando a boa situação financeira da empresa (art. 69, I, da Lei nº 14.133/2021) através de índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um) em ambos os exercícios.

14.5.1.1. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG, Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das fórmulas:

I – Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

II – Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante); e

III – Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante)

14.5.1.1.1. A pessoa jurídica licitante deve apresentar uma planilha contendo o demonstrativo do cálculo dos índices devidamente datado e assinado pelo representante legal da empresa, em papel timbrado da proponente. A forma de apresentação da referida demonstração visa facilitar o entendimento do cálculo dos índices; o seu descumprimento não inabilitará a licitante.

14.5.1.2 Empresa recentemente constituída deverá apresentar balanço de abertura contendo a assinatura do representante legal e do contabilista responsável.

14.5.2. Comprovação de contemplar capital social, devidamente integralizado, correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da licitação.

14.5.3. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade.

14.5.3.1. Para a interessada sediada na Cidade do Rio de Janeiro, esta prova será feita mediante apresentação de certidões passadas pelos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios de Registro de Distribuição.

14.5.3.2. A interessada sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo Foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências, recuperações judiciais e concordatas.

14.5.3.3. No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência, recuperação judicial ou concordata, a interessada deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente informando em que fase se encontra o feito em juízo.

14.6. DECLARAÇÕES

14.6.1. Declaração firmada pela empresa interessada, indicando expressamente não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXVIII do art. 7º da Constituição Federal e de acordo com o art. 68, VI, da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES



14.6.2 – Declaração, sob as penas da lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação.

14.9.3 – Declaração de que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.

14.6.4 – Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

14.6.5. – Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas Leis Trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas.

14.6.6 - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei.

14.6.7 – Declaração, em caso de microempresas e empresas de pequeno porte, de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, em observância ao art. 4º, §2, da lei 14.133/2021.

14.6.8. As declarações citadas nos subitens 14.6.1 ao 14.6.7 poderão ser substituídas por aquelas firmada eletronicamente através da plataforma.

14.7. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de até 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares de habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o prazo para envio também será de até 02 (duas) horas.

14.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir, devendo encaminhá-lo **no prazo de 03 (três) dias úteis**, podendo o prazo ser prorrogado a critério da Administração;

14.7.2. Todos os documentos deverão ser remetidos para o seguinte endereço:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MENDES
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 90001/2024
DOCUMENTAÇÃO**

Rua Prof. Paulo Sergio Nader Pereira, 250 - Centro, Mendes (RJ) – CEP: 26.700-000 (antigo SENAI)

14.8. Após análise da proposta e documentação, o Presidente/Agente de contratação anunciará o licitante vencedor.

15.0. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021, devendo o licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do sistema eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES



15.1.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Presidente/Agente de contratação.

15.2. A licitante, que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Presidente/Agente de contratação, disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

15.4. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.5. Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão/Agente de Contratação, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.

15.7. Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaria, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

16.0. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Constatada a regularidade dos atos praticados e decididos os recursos eventualmente interpostos, a autoridade competente, adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

17.0. DA FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO

17.1. Uma vez homologado o resultado da licitação será formalizado o TERMO DE CONTRATO regido para todos os fins e efeitos de Direito mediante o contemplado no ANEXO III deste edital.

17.2. O Município de Mendes convocará formalmente a adjudicatária com antecedência mínima de 24h, informando o local e data para assinatura do contrato. A convocação far-se-á através de ofício e dentro do prazo de validade da proposta.

17.3. Para assinatura do contrato a adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital.

17.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato caracteriza descumprimento da obrigação, sujeitando-os às penalidades legalmente estabelecidas, e facultando ao Município de Mendes convocar a licitante remanescente, obedecida a ordem de classificação ou revogar a licitação.

17.5. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste edital.

17.6. A contratação firmada com a adjudicatária observará a minuta do ANEXO III, podendo ser alteradas cláusulas e condições pactuadas à luz da Lei nº 14.133/2021.



18.0. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

18.1. DAS LICITANTES

18.1. Antes da apresentação de sua proposta, as licitantes deverão tomar conhecimento das normas e diretrizes do presente edital, providenciando a obtenção de todas as informações necessárias sobre as condições e peculiaridades do local onde se realizarão as obras, e que deverão ser devidamente consideradas na composição dos preços de sua proposta.

18.2. DA CONTRATADA

18.2.1. Não subcontratar o objeto da presente licitação.

18.2.2. As obras serão executadas em dias úteis, devendo qualquer outra situação ser comunicada e autorizada previamente pela fiscalização do MUNICÍPIO.

18.2.3. As obras deverão ser executadas em conformidade com as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

18.2.4. Com a antecedência que se fizer necessária providenciar junto aos poderes públicos ou concessionários de serviços públicos medidas adequadas à proteção e continuidade do objeto licitado, visando respeitar a execução do empreendimento dentro do cronograma físico aprovado pelo **PLANO DE TRABALHO referente ao Processo nº 59053.010292/2023-11 Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional/Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil**.

18.2.5. Contratar, às suas expensas, todos os seguros exigidos ou que venham a ser exigidos por lei e que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto licitado.

18.2.5.1. Promover, às suas expensas, a cobertura através de seguro, dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem, na execução do objeto licitado, devendo reparar e indenizar danos de qualquer natureza causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, provenientes da ação ou omissão sua ou de seus prepostos, na execução das obras contratadas ou delas decorrentes.

18.2.6. Para retirada do empenho, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital, incluindo, neste ato, a licença de operação [Lei nº 6.938/1981 e Resolução CONAMA nº 237/97 – Recomendação Ministério Público Federal – Procuradoria da República Pólo nos Municípios de Volta Redonda/Barra do Piraí – Ofício MPF/PRM/VR/MHTP nº 1.184/2013].

18.2.6.1. Para o caso de o fornecedor e/ou distribuidor não possuir o licenciamento ambiental deverá ser declarada a origem da aquisição seguida do respectivo fabricante/produtor/explorador de recursos minerais, acompanhada da respectiva licença de operação [areia, argila, granito, pó de pedra, telha, tijolo de barro vermelho e, em geral, produtos ou derivados minerais de uso na construção civil].

18.2.7. Compete ainda:

a) assegurar o livre acesso aos documentos e registros contábeis, referentes ao objeto contratado, aos servidores dos órgãos e entidades públicas federais concedentes dos recursos aplicados na execução contratual, bem como pelos seus órgãos de controle interno e externo (art. 53 da Portaria Interministerial CGU/MF/MP/nº 424/2016 – DOU 30/12/2016, Seção 1).

b) prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da Administração Pública Municipal.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES



- c) garantir acesso, a qualquer tempo, da fiscalização da Administração Pública às obras em questão.
- d) cientificar, imediatamente, à fiscalização da Administração Pública de qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verificar no canteiro de obras.
- e) corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos, atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização da Administração Pública Municipal ou por parte dos órgãos de controle e de fiscalização federal, responsabilizando, ainda, pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos, inclusive promovendo readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.
- f) atender as medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização da Administração Pública.
- g) no prazo de 5(cinco) dias, a contar da data de recebimento do ofício de autorização para o início da execução contratual, a licitante vencedora deverá apresentar a Administração Pública, o comprovante da Anotação de Responsabilidade Técnica devidamente quitada junto ao CREA-RJ, bem como, em igual prazo, as anotações atinentes aos projetos executivos; e
- h) credenciar junto a Administração Pública funcionário (s) que atenderá (ão) às solicitações da fiscalização contratual.

18.2.8. Ocorrendo evento motivador de paralisação da execução contratual, este deverá ser comunicado à Administração Pública formalmente, em até 24h (vinte e quatro horas) de sua ocorrência.

18.3. DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

18.3.1. Designar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Execução das Obras para acompanhar e fiscalizar o objeto licitado, bem como atestar a execução das obras para os fins do item 21.0, subitem 21.4 e 3 deste Edital.

18.3.2. Fornecer dados disponíveis a respeito do local e objetivo dos serviços contratados.

18.3.3. Facilitar o acesso aos locais onde serão executados os serviços.

18.3.4. Discutir e avaliar, constantemente, o teor, a qualidade dos serviços e o andamento de sua execução e fazer exigências, quando necessárias.

19.0. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 17.4, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 19.2

19.2 – Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o MUNICÍPIO poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021:

- (a) Advertência;
- (b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
- (c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES



- (d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3 – A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:

19.3.1 – 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

19.3.2 – 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

19.3.3 – 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e

19.3.4 – 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

19.3.5 – As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.4 – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

19.5 – As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

19.6 – As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do item 19.2 não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

19.7 – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

19.8. A adjudicatária que não retirar o empenho dentro do prazo de convocação, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, retardar a execução, descumprir, injustificadamente, qualquer cláusula contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderá, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, ser impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até **03 (três)** anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

20.0. EXTINÇÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES



20.1. A extinção das obrigações decorrentes da presente concorrência se processará de acordo com as hipóteses previstas no art. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo de eventual penalidade aplicável, assegurado o contraditório e ampla defesa.

21.0. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS

21.1. A licitante que vier a ser contratada deverá apresentar a documentação para cobrança respectiva através da Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Habitação até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento de cada etapa da obrigação, observando fielmente o cronograma físico.

21.2. Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra o MUNICÍPIO DE MENDES, CNPJ/MF nº 28.580.694/0001-00, sendo endereçados à Secretaria de Planejamento e Fazenda, devidamente identificados com a seguinte referência **“DESPESA REALIZADA À CONTA DO PROCESSO Nº 59053.010292/2023-11 MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL/SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL”**.

21.3. Os pagamentos serão efetuados pelo MUNICÍPIO à licitante contratada mediante medição dos serviços efetivamente executados em cada etapa do CONTRATO, acompanhada dos diários de obras e dos relatórios fotográficos correspondentes, no 5º (quinto) dia útil após a efetiva liberação dos recursos pelo Governo Federal, através de crédito em conta corrente da CONTRATADA, desde que obedecidas às formalidades contratuais e legais pertinentes, em especial o item 3 deste Edital, bem como observada a retenção prevista no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

21.3.1. Considerando a IN da RFB, Nº 1234/2012, de 11/01/2012, e suas alterações, em especial a IN 2.145 de 26/06/2023 e o Decreto Municipal Nº 288, de 27/11/2023, o MUNICÍPIO deverá realizar as retenções na fonte do Imposto de Renda sobre os pagamentos que efetuarem as pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços para entrega futura. Os valores retidos oriundos da retenção de Imposto de Renda serão tratados como receita orçamentária.

21.3.1.1. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços nas hipóteses previstas no art. 4º da IN RFB nº 1234/2012.

21.3.1.2. As instituições de educação e de Assistência Social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997 e as pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias, deverão informar essa condição em seus documentos fiscais e apresentar aos órgãos e entidades contratantes, respectivamente, as declarações nos termos dos anexos IN RFB nº 1.234/2012 para fins de não retenção do IR na fonte.

21.3.1.3. As entidades referidas no Decreto Municipal nº 288/2023 não farão retenção de PIS, COFINS e CSLL, ressalvadas as hipóteses de celebração de convênio com a RFB nos termos do art. 33 da Lei Federal nº 10.833 de 2003.

21.3.1.4. Os prestadores de serviços deverão emitir os documentos fiscais em observância as regras dispostas na IN RFB nº 1.234/2012, e suas alterações, sob pena de não aceitação do documento



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES



apresentado ou retenção no valor total do documento fiscal. Nas faturas de energia elétrica, de telefonia e de outros bens e serviços sobre os quais o Município realize pagamentos exclusivamente por meio de fatura ou boleto bancário com código de barras, assim como os pagamentos de serviços de cartório, os prestadores de serviços e fornecedores deverão adequá-los ao disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações (Capítulo VII DAS OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO OU DE DÉBITO – Artigo 10 e VII – DOS DOCUMENTOS DE COBRANÇAS QUE CONTENHAM CÓDIGO DE BARRA – Artigo 11).

21.3.2 O pagamento à licitante que vier a ser contratada é condicionado à liberação dos recursos pelo Governo Federal a teor dos requisitos definidos no **Processo nº 59053.010292/2023-11 Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional/Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil** ou, no que couber, a Portaria Interministerial nº 424/2016.

21.3.3. **Idêntica questão aplicar-se-á no caso de ser verificada pela área técnica do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional/Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil a necessidade de comprovação de licenciamento ambiental, exigida por lei, para a liberação da primeira parcela dos recursos vinculados ao PROCESSO Nº 59053.010292/2023-11.**

21.4. Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do MUNICÍPIO, o valor devido será acrescido de 0,1 (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

21.4.1. A incidência da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 21.5 será efetivada mediante autorização expressa do responsável pela fiscalização contratual, formalmente designada pelo MUNICÍPIO, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido à Secretária de Planejamento e Fazenda.

21.5. Caso o MUNICÍPIO efetue o pagamento devido à licitante contratada, em prazo inferior ao estipulado no subitem 21.4, será descontado da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento), tendo como critério o valor/dia.

21.6. Na hipótese de os documentos de cobrança (**entendidos como: notas fiscais, medições de serviços, relatórios fotográficos e diários de obras**) apresentar erros, interrompe-se o prazo para o respectivo pagamento, descrito no subitem 21.4, iniciando sua contagem somente após a apresentação de nova fatura isenta das impropriedades detectadas.

22.0. DOS ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL

22.1. Os anexos que integram este Edital, como partes inseparáveis, são os seguintes:

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO A – Planilha de Quantitativo e Composição de Custos Unitários

ANEXO B – Cronograma Físico-Financeiro

ANEXO II – PROJETOS BÁSICOS

ANEXO A – Plantas, desenhos elucidativos e memorial descritivo

ANEXO B – Cronograma físico-financeiro

ANEXO C – Planilha orçamentária

ANEXO III – Minuta de Contrato

ANEXO IV – Declaração Unificada

ANEXO V – Termo de Visitação/RENÚNCIA



23.0. SUSTENTABILIDADE

23.1 – A Contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus Artigos 5º e 6º, no que couber.

24.0. DAS CONDIÇÕES GERAIS

24.1. O acompanhamento dos resultados das fases desta licitação, bem como dos pedidos de esclarecimentos e impugnações, será divulgado através do portal de compras do Governo Federal e boletim oficial da municipalidade e vincularão os participantes e a Administração.

24.2. É facultada ao Presidente/Agente de contratação e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado diante dos requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação, salvo em caso de atualização de documentos cuja validade tenham expirado após a data de recebimento das propostas.

24.3. O Município de Mendes poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame se constatado vício no seu processamento.

24.4. Ocorrendo a revogação ou anulação do certame, a decisão será publicada na imprensa oficial.

24.5 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

24.6. Os dispositivos que se referem à microempresa aplicam-se, extensivamente, ao Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do §2º, art. 18E, da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

24.7. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente/Agente de contratação, com auxílio da equipe de apoio.

24.8. O Município de Mendes e as empresas interessadas/licitantes elegem o Foro do Município de Mendes para dirimir qualquer questão controversa relacionada com os termos e condições do Edital de Concorrência Pública sob a forma eletrônica nº **90001/2024**, bem como posteriormente, em função da celebração dos respectivos termos de contrato.

Mendes – RJ, em 19 de março de 2024.

LUIZ ANTÔNIO GOMES LEÔNIO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E HABITAÇÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE MENDES



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA SOB A FORMA ELETRÔNICA Nº 90001/2024

ANEXO I – PROPOSTA COMERCIAL

A pessoa jurídica abaixo se propõe **A EXECUTAR PARA O MUNICÍPIO DE MENDES OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE QUE TRATA O CONVÊNIO - PROCESSO Nº 59053.010292/2023-11 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL/SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO PROJETO BÁSICO E NO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA – ANEXO II**, pelos preços e condições assinalados na presente PROPOSTA, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Proponente: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____ Telefone: _____
CNPJ: _____
Inscrição Estadual: _____
Inscrição ISS: _____

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO GLOBAL
01	Constitui objeto da licitação realização de obras e serviços de engenharia destinados a Execução de construção de conjunto de unidades residenciais – processo nº 59053.010292/2023-11	

1.0. DO PREÇO

1.1. O preço global para execução do objeto do presente Edital por Concorrência é de R\$ _____
(_____);

1.2. O preço global acima inclui todas as despesas para a execução das obras e serviços de engenharia, tais como: instalação de canteiros, mobilizações e desmobilizações de instalações provisórias, limpeza final, sinalização, energia, mão de obra, materiais, máquinas e equipamentos, encargos das leis trabalhistas, comerciais, fiscais, previdenciárias, tributárias e sociais, seguros e demais despesas diretas ou indiretas incidentes sobre o objeto da licitação – Concorrência nº 90001/2024.

2.0. DO PRAZO

2.1 – O prazo máximo de execução das obras e serviços de engenharia licitados é de 10(DEZ) meses e acompanhará o fixado no cronograma físico elaborado pela Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Habitação tendo vínculo com as disposições do Convênio Processo nº 59053.010292/2023-11.

2.2. O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento do Ofício de Autorização de Início das Obras, a ser emitido pela Comissão de Planejamento, Acompanhamento e Fiscalização da Execução das Obras, constituída pelo MUNICÍPIO DE MENDES.

3.0. DA VALIDADE

3.1. A validade dos preços e condições desta PROPOSTA COMERCIAL é de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega, observada o disposto no art. 183 da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE MENDES



4.0. ANEXOS

- 4.1 - Anexo A – Planilha de Composição de Custos contemplando todo o objeto licitado;
4.2 – Anexo B – Cronograma Físico-Financeiro;

5.0. DADOS BANCÁRIOS

Banco:
Número do Banco:
Agência:
Conta Corrente:

Declaramos inteira submissão às cláusulas e condições do Edital de Concorrência Pública Eletrônica nº 90001/2024.

Local, dia, assinatura e carimbo do representante legal da proponente.

Local e Data

Assinatura e Carimbo da Empresa



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE MENDES



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 8443/2023
CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº. 90001/2024

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO – ANEXO III

TERMO DE CONTRATO Nº ____/2024 QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MENDES E
____ PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E
SERVIÇOS DE ENGENHARIA OBJETO DO **CONVÊNIO**
PROCESSO Nº 59053.010292/2023-11, PACTUADO
ENTRE O MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL/SECRETARIA
NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL E O
MUNICÍPIO DE MENDES.

O **MUNICÍPIO DE MENDES, ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, com sede na Rua Professor Paulo Sergio Nader Pereira, 250 Centro, Mendes – RJ, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 28.580.694/0001-00, doravante designado, simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito, Excelentíssimo Senhor JORGE HENRIQUE COSTA DE OLIVEIRA, e a pessoa jurídica _____ doravante designada, simplesmente **CONTRATADA**, com Sede na _____, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº _____ neste ato, representada pelo seu _____, _____, portador do documento de identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____, sendo regido pela Lei nº 14.133/2021, em decorrência do resultado da adjudicação e homologação da **CONCORRÊNCIA Nº 90001/2024**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA
(DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO)

Constitui objeto contratual a realização de obras e serviços de engenharia destinados a **execução de construção de conjunto de unidades residenciais, objeto do Processo nº 59053.010292/2023-11.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As especificações para a execução do objeto são as constantes do projeto básico de engenharia, cronograma físico e dos memoriais descritivos na forma do ANEXO II do Edital de Concorrência nº 90001/2024 sendo que o regime de execução é **indireta através de empreitada por preço global**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A execução das obras e dos serviços de engenharia será feita em conformidade com a proposta da CONTRATADA, datada de ____ de _____ de _____ – fls. ____ do Processo Administrativo PMM/SMOSPH nº 8443/2023, a qual juntamente com o EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 90001/2024 e seus ANEXOS, fazem parte integrante e inseparável deste CONTRATO, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA
(DA FISCALIZAÇÃO)

A execução do objeto contratual será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Planejamento, Acompanhamento e Fiscalização da Execução das Obras, formalmente constituída pelo Município de Mendes, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES



PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no Processo Administrativo PMM nº 8443/2023 e em tudo o mais que se relacione com o objeto deste CONTRATO, desde que não acarrete ônus para o CONTRATANTE ou modificação deste instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As decisões que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas, formalmente, pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA declara antecipadamente aceitar todos os métodos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

PARÁGRAFO QUARTO - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne ao objeto do presente CONTRATO, às implicações próximas e remotas perante o CONTRATANTE ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual em causa não implica em corresponsabilidade do MUNICÍPIO DE MENDES ou de seus prepostos, devendo ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato ao MUNICÍPIO DE MENDES dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

CLÁUSULA TERCEIRA (DIREITOS E RESPONSABILIDADES)

A CONTRATADA será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste CONTRATO, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do MUNICÍPIO DE MENDES.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a manter, durante a execução deste CONTRATO, um representante formalmente credenciado junto ao MUNICÍPIO DE MENDES, para recepção de instruções, bem como, proporcionar à sua fiscalização e autoridades competentes, toda a assistência e facilidades necessárias ao bom cumprimento de suas funções durante a execução contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do CONTRATO, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 90001/2024, bem como a:

I - Não subcontratar o objeto da presente licitação;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES



II - As obras serão executadas em dias úteis, devendo qualquer outra situação ser comunicada e autorizada previamente pela fiscalização do MUNICÍPIO DE MENDES;

III - As obras deverão ser executadas em conformidade com as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

IV - Compete a licitante vencedora, providenciar junto aos poderes públicos, entidades e concessionárias de serviços públicos, com a antecedência que se fizer necessária, às medidas adequadas à proteção e continuidade do objeto contratado;

VI - Compete a licitante vencedora, contratar, por sua conta, todos os seguros exigidos ou que venham a ser exigidos por lei e que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto contratado;

VII - A licitante vencedora promoverá por sua conta a cobertura através de seguro, dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem, na execução do objeto deste projeto básico, devendo reparar e indenizar danos de qualquer natureza causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, provenientes da ação ou omissão sua ou de seus prepostos, na execução das obras contratadas ou delas decorrentes;

VIII – Para retirada do empenho, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital, incluindo, neste ato, a licença de operação [Lei nº 6.938/1981 e Resolução CONAMA nº 237/97 – Recomendação Ministério Público Federal – Procuradoria da República Pólo nos Municípios de Volta Redonda/Barra do Piraí – Ofício MPF/PRM/VR/MHTP nº 1.184/2013]. Para o caso de o fornecedor e/ou distribuidor não possuir o licenciamento ambiental deverá ser declarada a origem da aquisição seguida do respectivo fabricante/produtor/explorador de recursos minerais, acompanhada da respectiva licença de operação [areia, argila, granito, pó de pedra, telha, tijolo de barro vermelho e, em geral, produtos ou derivados minerais de uso na construção civil].

IX- Compete ainda à CONTRATADA:

a) assegurar o livre acesso aos documentos e registros contábeis, referentes ao objeto contratado, aos servidores dos órgãos e entidades públicas federais concedentes dos recursos aplicados na execução contratual, bem como pelos seus órgãos de controle interno e externo **(art. 53 da Portaria Interministerial CGU/MF/MP/nº 424/2016 – DOU 30/12/2016, Seção 1).**

b) Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização do CONTRATANTE;

c) garantir acesso, a qualquer tempo, da fiscalização do CONTRATANTE às obras em questão.

d) cientificar, imediatamente, à fiscalização do CONTRATANTE de qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verificar no canteiro de obras.

e) corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos, atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização do CONTRATANTE ou por parte dos órgãos de controle e de fiscalização federal, responsabilizando, ainda, pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos, inclusive promovendo readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

f) atender as medidas técnicas e administrativas determinadas pela do CONTRATANTE.

g) no prazo de 5(cinco) dias, a contar da data de recebimento do ofício de autorização para o início da execução contratual, a licitante vencedora deverá apresentar ao CONTRATANTE, o comprovante da Anotação de Responsabilidade Técnica devidamente quitada junto ao CREA-RJ, bem como, em igual prazo, as anotações atinentes aos projetos executivos; e

h) credenciar junto a Administração Pública funcionário (s) que atenderá (ão) às solicitações da fiscalização contratual.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES



X - A CONTRATADA garante que:

- a) Antes da apresentação de sua proposta, tomou conhecimento das normas e diretrizes do MUNICÍPIO DE MENDES, obtendo todas as informações necessárias sobre as condições e peculiaridades dos locais, devidamente consideradas na composição das obras inerentes ao caso;
- b) Vistoriou os locais das obras, objeto deste contrato, conforme documento obtido junto à Comissão de Planejamento e Fiscalização da Execução das obras;
- c) Qualquer falha na pesquisa minuciosa dos locais da obra ou de suas condições, não a isenta da responsabilidade da avaliação correta dos seus orçamentos, planejamento de serviços, e de arcar com os eventuais prejuízos consequentes;

XI - Ocorrendo evento motivador de paralisação da execução contratual, este deverá ser comunicado ao CONTRATANTE, formalmente, em até 24h (vinte e quatro horas) de sua ocorrência.

XII – Durante a execução das obras a contratada deverá observar o prescrito na Resolução CONAMA 307/2002, quanto ao gerenciamento de resíduos da construção civil.

XIII – Compete ao CONTRATANTE:

- a) Designar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Execução das Obras para acompanhar e fiscalizar o objeto licitado, cuja finalidade é o exercício das atribuições estabelecidas no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- b) Fornecer dados disponíveis a respeito do local e objetivo dos serviços contratados.
- c) Facilitar o acesso aos locais onde serão executados os serviços.
- d) Discutir e avaliar, constantemente, o teor, a qualidade dos serviços e o andamento de sua execução e fazer exigências, quando necessárias.

CLÁUSULA QUARTA (DO PAGAMENTO)

Pela execução do objeto deste CONTRATO, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais, pertinentes, o CONTRATANTE pagará, à CONTRATADA, a importância de R\$ _____ (_____), mediante medição de serviços, conforme preços unitários pactuados que integram o Anexo A da Proposta – Anexo I do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 90001/2024.

A CONTRATADA deverá apresentar a documentação para cobrança respectiva através da Secretaria Municipal de Obras e Habitação até o 5º (quinto) dia útil posterior a data final do período de adimplemento de cada etapa da obrigação, observando fielmente o cronograma físico.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra o MUNICÍPIO DE MENDES, CNPJ/MF nº 28.580.694/0001-00, sendo endereçados à Secretaria de Planejamento e Fazenda, devidamente identificados com a seguinte referência “**DESPESA REALIZADA À CONTA DO PROCESSO Nº 59053.010292/2023-11 CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL/SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL E O MUNICÍPIO DE MENDES**”

PARÁGRAFO SEGUNDO. **O pagamento à CONTRATADA está condicionado à liberação dos recursos pelo Governo Federal a teor dos requisitos definidos no PROCESSO Nº 59053.010292/2023-11 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL/SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL.**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE MENDES



PARÁGRAFO TERCEIRO. Idêntica questão aplicar-se-á no caso de ser verificada pela área técnica do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL/SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL a necessidade de comprovação de licenciamento ambiental, exigida por lei, para a liberação da primeira parcela dos recursos vinculados ao PROCESSO Nº 59053.010292/2023-11.

PARÁGRAFO QUARTO – O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE à licitante contratada mediante medição dos serviços efetivamente executados em cada etapa do CONTRATO, acompanhada dos diários de obras e registros fotográficos correspondentes, conforme preços unitários pactuados que integram o Anexo A da Proposta Comercial – Anexo I, no 5º (quinto) útil após a efetiva liberação dos recursos pelo Governo Federal, observada a data final do período de adimplemento de cada etapa da obrigação, através de crédito em conta corrente da CONTRATADA, desde que obedecidas às formalidades contratuais e legais pertinentes, notadamente as disposições do item 18 do Edital de Concorrência Pública nº 90001/2024 c/c com as disposições da Cláusula Nona deste Contrato, além da retenção prevista no artigo 31 da Lei nº 8.212/91.

PARÁGRAFO QUINTO - Considerando a IN da RFB, Nº 1234/2012, de 11/01/2012, e suas alterações, em especial a IN 2.145 de 26/06/2023 e o Decreto Municipal Nº 288, de 27/11/2023, o MUNICÍPIO deverá realizar as retenções na fonte do Imposto de Renda sobre os pagamentos que efetuarem as pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços para entrega futura. Os valores retidos oriundos da retenção de Imposto de Renda serão tratados como receita orçamentária.

PARÁGRAFO SEXTO - Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços nas hipóteses previstas no art. 4º da IN RFB nº 1234/2012.

PARÁGRAFO SÉTIMO. As instituições de educação e de Assistência Social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997 e as pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em relação às suas receitas próprias, deverão informar essa condição em seus documentos fiscais e apresentar aos órgãos e entidades contratantes, respectivamente, as declarações nos termos dos anexos IN RFB nº 1.234/2012 para fins de não retenção do IR na fonte.

PARÁGRAFO OITAVO. As entidades referidas no decreto Municipal nº 288/2023 não farão retenção de PIS, COFINS e CSLL, ressalvadas as hipóteses de celebração de convênio com a RFB nos termos do art. 33 da Lei Federal nº 10.833 de 2003.

PARÁGRAFO NONO. Os prestadores de serviços deverão emitir os documentos fiscais em observância as regras dispostas na IN RFB nº 1.234/2012, e suas alterações, sob pena de não aceitação do documento apresentado ou retenção no valor total do documento fiscal. Nas faturas de energia elétrica, de telefonia e de outros bens e serviços sobre os quais o Município realize pagamentos exclusivamente por meio de fatura ou boleto bancário com código de barras, assim como os pagamentos de serviços de cartório, os prestadores de serviços e fornecedores deverão adequá-los ao disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES



(Capítulo VII DAS OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO OU DE DÉBITO – Artigo 10 e VII – DOS DOCUMENTOS DE COBRANÇAS QUE CONTENHAM CÓDIGO DE BARRA – Artigo 11).

PARÁGRAFO DÉCIMO - O preço fixado no "caput" desta cláusula será fixo e irreajustável pelo período de 12 (doze) meses. Após decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data da apresentação da proposta, desde que o contratado não tenha dado causa ao atraso no cronograma físico da obra, e após a análise dos setores competentes sobre a admissibilidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Caso venha a ocorrer o aditamento deste CONTRATO, na forma prevista no art. 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021, os acréscimos de quantidades serão remunerados, tendo como base o preço unitário constante da proposta da licitante vencedora.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Em caso da necessidade de aditar itens novos constantes do catálogo SINAPI/JUNHO/2023, serão utilizados os menores custos unitários, independentemente de negociação quanto à contratação por preços abaixo destes, acrescidos do BDI adotado pela contratada na licitação. Caso esses itens novos não estejam previstos nos referidos catálogos serão realizadas cotações de preços em, no mínimo 3(três) empresas especializadas, devidamente comprovadas através de documentação hábil, quando então serão praticados, com a devida autorização da fiscalização do CONTRATANTE, os menores preços unitários apurados nessa pesquisa.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do CONTRATANTE, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O pagamento do acréscimo a que se refere o parágrafo anterior será efetivado mediante autorização expressa do Prefeito Municipal, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante adjudicatária dirigido ao Secretário Municipal de Fazenda e Planejamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Caso o CONTRATANTE antecipe o pagamento da CONTRATADA, será descontado da importância devida 0,033 % (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Na hipótese de os documentos de cobrança (entendido como: notas fiscais, medição de serviços, relatórios fotográfico e diário de obras) apresentar erros, interrompe-se o prazo para o respectivo pagamento, iniciando sua contagem somente após a apresentação de nova fatura isenta das impropriedades detectadas.

CLÁUSULA QUINTA (RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS)

O Município de Mendes contempla a reserva orçamentária através da seguinte rubrica:

Órgão: 02.000 – Prefeitura Municipal de Mendes

Unidade: 02.011 – Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Habitação

Funcional: 15.451.16 – Melhorias para Cidade

Projeto/Atividade: 2295 – Ações de Recuperação de Infraestrutura Destruída/Danificada

Natureza de Despesa: 4.4.90.51.99.00.00.00. Outras Obras e Instalações

Recurso: 1.700.0000 – Outras Transferências de Convênio ou Instrumentos Congêneres

Nº da despesa: 224



ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MENDES



CLÁUSULA SEXTA (DO PRAZO)

O prazo de execução das obras e serviços de engenharia licitados é de 10 (dez) meses e acompanhará o fixado no cronograma físico elaborado pela Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Habitação tendo vínculo com as disposições do **PROCESSO Nº 59053.010292/2023-11 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL/SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo acima disposto terá início no dia seguinte ao do recebimento pela CONTRATADA do Ofício de Autorização de Início da Execução Contratual a ser expedido pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Execução das Obras.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo vertente poderá ser prorrogado, mantidas as demais cláusulas deste CONTRATO e assegurada à manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro desde que ocorra algum dos motivos elencados na Lei nº 14.133/2021, devidamente autuado em processo.

CLÁUSULA SÉTIMA (DAS SANÇÕES)

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA (DA EXTINÇÃO)

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro – AEMERJ.

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula quarta e da Cláusula sétima deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE MENDES



Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA NONA
(DO RECEBIMENTO)

Executada cada etapa dos serviços, o seu objeto será recebido:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Provisoriamente, pela Comissão de Planejamento, Acompanhamento e Fiscalização da Execução das Obras, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA acusando o término das obras.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Definitivamente, pela Comissão Especial designada pela Administração Municipal, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento provisório, a que se refere o parágrafo anterior.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança das obras ou dos serviços executados pela contratada, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA
(DA RENÚNCIA A DIREITOS)

O não exercício, por qualquer das partes, de direito previsto neste CONTRATO, não representará renúncia ao seu exercício, com relação ao mesmo fato ou a fatos futuros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
(DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL)

As partes CONTRATANTES declaram sujeitarem-se às cláusulas e condições deste CONTRATO, as regulamentações aplicáveis à espécie e, em especial a Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
(DOS CASOS OMISSOS)

Os casos omissos resultantes da execução das obras licitadas ou da interpretação de cláusulas e condições contratuais que não sejam dirimidos à luz da Lei nº 14.133/2021, serão solucionados e regidos supletivamente por princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
(DA PUBLICAÇÃO)

Obriga-se o CONTRATANTE a mandar publicar no Diário Oficial do Município o extrato do presente CONTRATO, às suas expensas, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da sua assinatura, para dar-lhe a devida eficácia.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE MENDES



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
(DO FORO)

Fica eleito o Foro da Comarca de Mendes para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente CONTRATO em 04 (quatro) vias de igual teor e de mesma forma para que produzam os efeitos legais.

Mendes - RJ, ____ de _____ de 2024.

JORGE HENRIQUE COSTA DE OLIVEIRA
MUNICÍPIO DE MENDES
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG
CPF

Nome:
RG
CPF



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE MENDES



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA SOB A FORMA ELETRÔNICA Nº 90001/2024

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA (Papel timbrado da licitante)

Pelo presente instrumento, a empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, DECLARA que:

() Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

() Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas Leis Trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas.

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação, e estando ciente da responsabilidade administrativa, civil e penal e que não se perfilha em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento diferenciado e favorecido de que trata os artigos 42 a 48 da mencionada Lei (alterada pela Lei Complementar nº 147/2014).

() Declara que no ano-calendário em curso não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, em observância ao art. 4º, §2, da lei 14.133/2021.

() Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei;

() Declara, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o art. 68, VI, da Lei nº 14.133/21, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

Obs.: Se a licitante possuir menores de 14 (quatorze) anos aprendizes deverá declarar essa condição.

() Declara, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

() Declara, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público, de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

() Declara, para os devidos fins que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE MENDES



() Declara que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital de Concorrência Pública e seus anexos, assumindo a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas como firmes e verdadeiras;

() Declara que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

() Declara que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente pelo Licitante e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato, qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; que a intenção de apresentar a proposta não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato; que estamos plenamente cientes do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

1) Compromete a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

2) Declara, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos, instaurados por este Município, que o (a) responsável legal da empresa é o (a) Sr. (a) _____, Portador(a) do RG sob nº _____ e CPF nº _____, cuja função/cargo é _____ (sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura do Contrato.**

3) Declara, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone (com DDD):

_____, _____, _____ de 202__.

Local e Data

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(Nome Legível)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE MENDES



CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8443/2023

ANEXO V
TERMO DE VISITAÇÃO TÉCNICA

Razão Social:
Endereço:
Telefone / E-mail:
CNPJ (MF):
Qualificação do responsável técnico no ato da visita:

A **SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MENDES**, para os fins de cumprimento do art. 63, § 2º da Lei nº 14.133/2021, **CERTIFICA** a pessoa jurídica acima qualificada, através de seu responsável técnico, visitou os locais inerentes à execução das obras e dos serviços atinentes à licitação objeto da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 90001/2024**, obtendo todas as informações das condições locais para cumprimento das obrigações, estando de acordo com todas as descrições dos serviços, quantitativos e preços identificados na planilha orçamentária e memória de cálculos elaborada pelo Município, além da conformidade destas com o projeto básico, cronograma físico, memorial descritivo e demais especificações complementares e normas de execução referentes ao objeto da licitação. Por outro lado, declara, ainda, a pessoa jurídica acima qualificada não haver quaisquer impedimentos para execução do objeto, assumindo inteira responsabilidade por todas as despesas decorrentes das adaptações que se fizerem necessárias para a execução do objeto licitado, dentro do exigido pelo Edital, renunciando perante o Município do direito de reivindicações ou apontamentos de quaisquer divergências de natureza técnica e operacional.

Mendes-RJ, em ____ de _____ de _____.

LUIZ ANTONIO GOMES LEONCIO
Secretário de Obras, Serviços Públicos e Habitação

Pessoa jurídica interessada

Visitação realizada no dia ____/____/2024



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE MENDES



MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU RENÚNCIA

Nome da empresa:
CNPJ/MF nº
Endereço:.....
Fones.....
E-mail:.....

Declaro que vistoriei minuciosamente os locais para a prestação dos serviços constantes do objeto do Edital de Licitação, Concorrência Pública nº 90001/2024, e tomei conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletei informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial.

Ou

Optamos pela não realização de vistoria assumindo inteiramente a responsabilidade ou consequências por essa omissão, mantendo as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

Local, ____ de _____ de 20__.

Visto do **representante legal** ou procurador da empresa e do **Responsável Técnico**

Carteira de Identidade: _____ Órgão Expedidor: _____



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE MENDES



CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8443/2023

ANEXO I
PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS
ANEXO A



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE MENDES**



**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8443/2023**

**ANEXO I
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
ANEXO B**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE MENDES



CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8443/2023

ANEXO II
PROJETO BÁSICO



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE MENDES**



**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8443/2023**

**ANEXO II
PROJETO BÁSICO
ANEXO A – PLANTAS, DESENHOS ELUCIDATIVOS E MEMORIAL DESCRITIVO**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE MENDES**



**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8443/2023**

**ANEXO II
ANEXO B**

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
PROCESSO Nº 59053.010292/2023-11**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE MENDES**



**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 90001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8443/2023**

**ANEXO II
ANEXO C**

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTOS
PROCESSO Nº 59053.010292/2023-11**